

Resenhas

No caminho das ideias: *Historia de los intelectuales en América Latina*

Diego A. Molina

À PRIMEIRA VISTA, uma história dos intelectuais na América Latina pode parecer uma tarefa desmesurada, anacrônica ou, simplesmente, pretensiosa. Porém, nenhum desses adjetivos consegue definir o conjunto de ensaios reunidos neste primeiro volume de *Historia de los intelectuales en América Latina*. O marco espaço-temporal, isto é, os pouco mais de quatrocentos anos que vão da conquista da América, a partir de 1492, até o final do século XIX longo (segundo a periodização hobsbawmsiana, que, inferimos, rege o volume), e o território da América hispânica e lusitana, parece realmente inabordável. De todo modo, o principal problema que o volume enfrenta no conjunto radica muito mais nas concepções múltiplas do intelectual do que no suposto recorte descomunal. Dessa maneira, apesar das duas introduções que – a modo de marcos referenciais – abrem a *Historia*, a maioria dos 22 ensaios que compõem o volume começa por realizar as definições pertinentes do valor que terá, se usado, o mote *intelectual*. Como se sabe, o termo *intelectual* foi cunhado pelo escritor Émile Zola em sua “Carta ao presidente da República (Félix Faure)”, publicada no jornal *L’Aurore* com o emblemático título de “J’accuse”. Nessa acusação aos abusos do poder, que é o ponto máximo da autonomia conseguida pelos escritores ao longo do século XIX, está a origem do trabalho intelectual. Na América Latina, o termo foi rapidamente implementado (como nota Carlos Altamirano na intro-

dução), por exemplo, por José Enrique Rodó, que em seu *Ariel*, de 1900, declarava: “Eu gostaria que esta minha obra fosse ponto de partida de uma campanha de propaganda entre os intelectuais da América”. Porém, e em diálogo com a obra de Ángel Rama – que desde o subtítulo do volume (“La ciudad letrada, de la conquista al modernismo”) aparece como farol –, o termo *intelectual* perde força para dar lugar a um caudal de vocábulos, como: letrados, elite letrada, juristas, clérigos, letrados eclesiásticos, *publicistas*, eruditos, “gente de saber”, homens de letras, editores etc. O que, de alguma maneira, responde à pergunta que Jorge Myers propõe como organizadora do volume: “em que consistiu ser um ‘intelectual’ na América Latina antes do começo do século XIX?”.

Então, desde o clero – onde se destacam os jesuítas e suas *missões*, como nos casos de Bartolomé de Las Casas, José de Acosta, José de Anchieta ou Antônio Vieira –, passando pelos *científicos*, que, sob os lemas da Ilustração, substituíram os missionários quando o mundo colonial apresentava seu primeiro indício de esgotamento na América Ibérica, até os liberais, revolucionários e políticos que lutaram pela independência, a *tarefa* dos intelectuais completa o arco total entre o “poder secular” e o “poder espiritual” comtiano. Neste último caso, isto é, após a emancipação dos países do jugo metropolitano ibérico, o papel dos intelectuais terá um itinerário paradoxal, já que, enquanto eles participam do processo que

articula e dá forma aos Estados nacionais emergentes, procuram a autonomia que lhes permita realizar sua *crítica*. As tensões entre as concepções do intelectual marxista como aquele que representa os interesses de uma classe socioeconômica, e o rasto que Karl Mannheim deixou em vários pensadores, entre eles Ángel Rama, sobre a autonomia das elites letradas, atravessam a maioria dos ensaios. Da mesma forma, a figura do “intelectual orgânico”, nos termos em que Gramsci o concebeu, aparece, desde leituras retrospectivas, como possível esquema referencial; como é o caso da elite brasileira reunida em torno da figura de dom Pedro II, suas incursões como mecenas e a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838.

Este primeiro volume da *Historia de los intelectuales* está articulado em cinco partes, ordenadas cronologicamente. Assim, a primeira, “El letrado colonial”, aborda o papel da *gente de saber* nos *virreinos* hispano-americanos (Óscar Manzín), analisa o caso específico das elites letradas do Peru *virreinal*, na chamada “Academia Antártica” (Sonia V. Rose) e dá conta da relação entre literatura e “intelectuais” no período colonial no Brasil (Laura de Mello e Souza). O trio de ensaios traz à tona as diferenças existentes entre Espanha e Portugal em razão da instalação de instituições em território colonial, onde se destaca a criação de universidades na América Hispano-Americana quase do início da conquista (México, 1551, e Lima, 1553) e a falta das “Casas de Altos Estudos” em território lusitano. No entanto, resgatam-se as semelhanças nos processos civilizatórios empreendidos pelos jesuítas em toda a América Ibérica, trabalho paralelo a ponto de a expulsão recair em

todos os missionários da América no mesmo momento.

Entre os três ensaios da primeira parte e os sete da segunda, constata-se um salto elíptico considerável. Com o título de “Elites culturales y patriotismo criollo: prensa y sociedades intelectuales”, a segunda parte contextualiza a marca iluminista e os rastros da Revolução Francesa na América Latina, no momento de maior esgotamento do regime colonial. O título abre o caminho para a leitura *nacional* a partir do “*patriotismo criollo*”: o cenário de conflito europeu, a *democracia* emergente dos Estados Unidos, o uso da imprensa e os novos agentes culturais configuram o lento – às vezes violento, mas sempre firme – processo de emancipação latino-americano. Dessa maneira, o *letrado patriota* ou “os homens de letras” começam a se posicionar e engajar em suas *pátrias* no momento de colapso do império espanhol (Jorge Myers), gerando um clima intelectual “à altura das luzes” (Klaus Gallo). O processo secular, posto em marcha desde final do século XVIII, ganha ímpeto entre 1800 e 1850 (Annick Lempérière).

Nesse contexto, alguns ensaios analisam o papel de duas figuras preponderantes: os juristas e sua atuação no “nascimento dos Estados-nação” (Rogelio Pérez Perdomo) e os *publicistas*, os redatores e o surgimento da “opinião pública” (Paulette Silva Beauregard e Elías J. Palti). O primeiro indício de *americanismo*, que mais tarde ganhará outras formas e defensores, tanto durante o romantismo e sua procura do gênio local e americano, quanto durante o modernismo e sua oposição ao imperialismo britânico e norte-americano, aparece nos *primeiros republicanos* ou nos “tradutores da liberdade” (Rafael Rojas).



ALTAMIRANO, C. (Dir.) *Historia de los intelectuales en América Latina. La ciudad letrada, de la conquista al modernismo*. Buenos Aires: Katz, 2008.

A terceira parte, “La marcha de las ideas”, é composta de alguns dos mais interessantes ensaios do volume, embora a coesão entre eles seja mais difícil de entrever. Um dos ensaios analisa a *desconfortável* figura do venezuelano Laureano Vallenilla Lanz e seu *Cesarismo democrático*: “O que fazer, então, com um clássico como este?”, pergunta-se o autor, Javier Lasarte Valcárcel. Sobre a construção dos “relatos de origem” na historiografia nacional, Fernando Devoto analisa os casos de Brasil, Argentina e Uruguai, assim como as três figuras determinantes dessa corrente: Varnhagen, Mitre e Bauzá. Uma segunda figura de americanista está dada pelo “erudito colecionador”, cujo papel como *intelectual híbrido*, devido ao entrecruzamento de disciplinas, marcou um período do século XIX (Horacio Crespo). A análise dos *intelectuais negros* no Brasil do século

XIX (Maria Alice Rezende de Carvalho), com suas atuações públicas, suas obras e suas trágicas saídas do mundo (André Rebouças, João da Cruz e Sousa e Afonso Henrique de Lima Barreto), estabelece um interessante diálogo de contrapontos com o ensaio “Tres generaciones y un imperio: José Bonifácio, Porto-Alegre y Joaquim Nabuco”, de Lilia Moritz Schwarcz, que abre a quarta parte: “Entre el Estado y la sociedad civil”.

Completam a penúltima parte: um instigante estudo sobre os intelectuais e o poder político durante o porfiriato no México, onde se analisa o “ódio aos *científicos*” (Claudio Limnitz); outra abordagem sobre o “novo espaço de formação e atuação intelectual” composto pela imprensa, pelas associações e pela esfera política (Hilda Sabato); a participação dos intelectuais argentinos exilados no Chile (entre 1840 e 1850) na “construção da esfera pública” (Ana María Stüven); e, atrelado aos estudos de gênero, o papel das “*maestras*, livres-pensadoras e feministas” na Argentina no começo do século XX (Dora Barrancos). Fecha o volume a quinta parte, intitulada: “Exilios, peregrinajes e nuevas figuras del intelectual”, que começa a vislumbrar o mundo intelectual na América Latina até a década de 1920, no final do século XIX longo. Alejandra Laera analisa a figura ambígua do cronista e romancista (jornalista e escritor) no momento em que a imprensa periódica serve como meio de profissionalização. Susana Zanetti realiza um percurso pela obra e pela figura de Rubén Darío, o jovem líder do movimento modernista, aquele que condensa a imagem de “o intelectual artista”. É o momento que Manuel Gutiérrez Nájera tinha prefigurado da Europa ao perceber que “Hoje os tempos têm mudado

bastante. A literatura é na Europa uma carreira em toda forma, tão disciplinada como a carreira militar [...] Os escritos, como todas as mercadorias, sofrem a lei da oferta e da demanda” (1881), que agora renova a relação dos intelectuais latino-americanos com os espaços e meios de atuação.

Por último, Beatriz Colombi acompanha o itinerário dos escritores hispano-americanos no caminho para “a Meca” que Paris representa, ao menos até o começo da Primeira Guerra Mundial, que modificará para sempre a relação dos intelectuais com o poder e que, de alguma maneira, fecha o volume.

Trabalho pioneiro, *Historia de los intelectuales en América Latina* enfrenta as dificuldades de realizar uma leitura, não uma *tabula rasa*, mas um palimpsesto de vozes que ao longo dos séculos pensaram a relação das elites letradas com seus meios de produção e nos próprios contextos de atuação. Devemos destacar que, ainda que o peso esteja distribuído em certas *tendências*, nas quais prevalecem os enfoques que priorizam Argentina e México, achamos pertinente a inclusão das diversas abordagens do Brasil colonial e imperial. Essa inclusão vem saldar uma dívida como os estudos comparados latino-americanos, que, em geral e com apenas algumas exceções, deixam de lado o Brasil ou colocam-no em relação bilateral com a metrópole, estabelecendo linhas de ruptura ou continuidade entre Brasil-Portugal e desestimam contatos, semelhanças e diferenças com o restante dos países da América Latina.

A pluralidade de critérios para dar conta de uma figura tão complexa como a do intelectual pode suscitar certo ar de falta de unidade ou organização do vo-

lume. Mas na “introdução” está feita a aclaração sobre a quantidade de disciplinas que deveriam convergir no momento de realizar uma história dos intelectuais: “a história das ideias, a história da literatura, a história política e a sociologia dos intelectuais” (p.23). Portanto, ficam pautadas as próprias limitações a que se veem sujeitos os organizadores do volume pela enorme quantidade de abordagens que admite a realização do trabalho. Por sua vez, a América Latina, ao não ser recortada ou definida por critérios sociopolíticos, geográficos ou culturais, ganha diversos enfoques e apelativos de acordo com as necessidades expositivas de cada ensaísta, assim como os gentílicos: hispano-americano, ibero-americano, luso-brasileiro, latino-americano, por exemplo. Por isso, o conjunto tem certa independência conceitual, apesar da ordem cronológica, o que enriquece a obra em sua totalidade, embora às vezes, entre um ensaio e outro, possam surgir as contradições às quais/a que todo trabalho crítico está sujeito. De todo modo, dar conta das contradições é, sem dúvida, uma das mais dignas tarefas do intelectual.

Diego A. Molina é bacharel em Letras Modernas pela Universidade de Buenos Aires (UBA) e pós-graduando em Literatura Brasileira pela USP.

@ – egujote@yahoo.com